Orçamento da UFABC

COMO SE DÁ O FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE UMA UNIVERSIDADE COMO A UFABC?

TESOURO NACIONAL (RECURSOS GERALMENTE ADVEM DE REPASSE DIRETO DO TESOURO NACIONAL) **RECURSOS PRÓPRIOS E OUTROS** (RECURSOS GERADOS POR ATIVIDADES INTERNAS, COMO EMISSÃO DE DIPLOMAS, E DEMAIS SERVIÇOS À COMUNIDADE; PARCERIAS E CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES EXTERNAS DE FOMENTO E EMPRESAS) ATENTAR A SINALIZAÇÃO DE QUE QUANTO MAIOR A CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS, MAIOR A INDISPOSIÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS DO TESOURO (DICOTOMIA DA AUTONOMIA)

TIPOS DE RECURSOS

CUSTEIO (DESPESAS CORRENTES) (DESTINADAS À MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO / OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS. EX: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MATERIAIS DE (PAPEIS, GIS, TINTA), SERVIÇOS DE ÁGUA, LUZ, VIGILÂNCIA, PORTARIA, ETC)

INVESTIMENTO (DESPESAS DE CAPITAL) (DESTINADAS À AQUISIÇÃO / CONSTRUÇÃO DE BENS DE CAPITAL (MÁQUINAS, VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS, IMÓVEIS, ETC), AMPLIANDO O ALCANCE DE ATUAÇÃO DA ADMIISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA. EX.: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS CAMPI DA UFABC, MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE LABORATÓRIOS, ETC)

CABE DESTACAR QUE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE INVESTIMENTO ACARRETAM, GERALMENTE, EM AMPLIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE RECURSOS DE CUSTEIO POSTERIORMENTE.

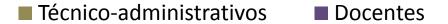
DO CALENDÁRIO ORÇAMENTÁRIO

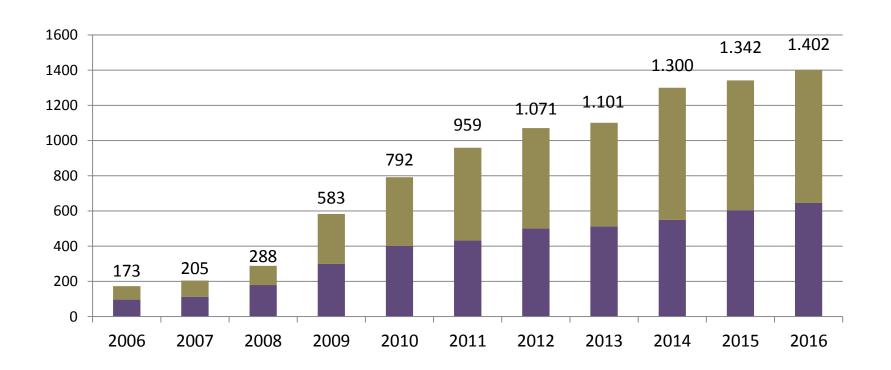
A DEFINIÇÃO DO ORÇAMENTO OCORRE A PARTIR DA ELABORAÇÃO **DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA** LOCAL E ENCAMINHAMENTO AO MEC (APÓS CONSUNI).

O MEC CONSOLIDA AS INFORMAÇÕES E RETORNA (VIA SISTEMA INFORMATIZADO) O MONTANTE QUE SERÁ INCLUIDO NA PLOA. APÓS, OCORRE A READEQUAÇÃO DAS DESPESAS COM BASE NOS VALORES CONTIDOS NA PLOA.

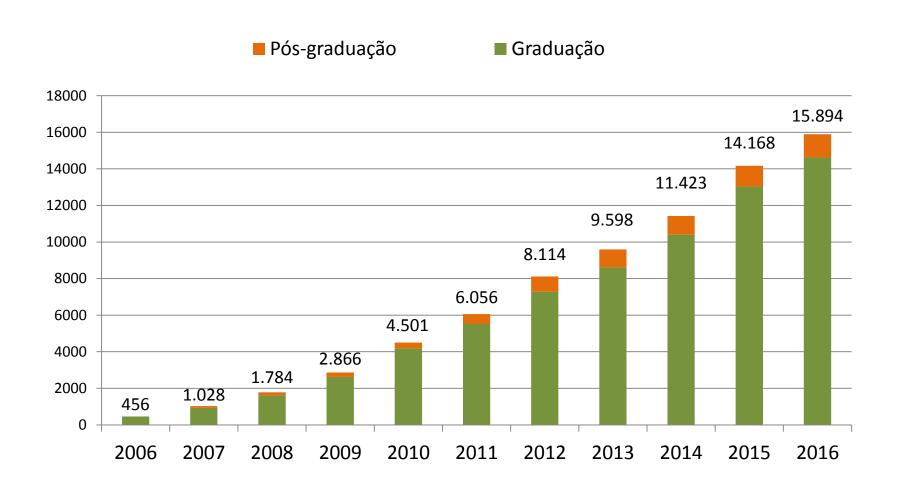
A PARTIR DE 01 DE JANEIRO, OCORRE A SANÇÃO DA LOA, NA QUAL CONSTAM-SE OS VALORES RELACIONADOS AOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS EFETIVAMENTE DISPONIBILIZADOS À INSTITUIÇÃO.

EVOLUÇÃO DO № DE SERVIDORES

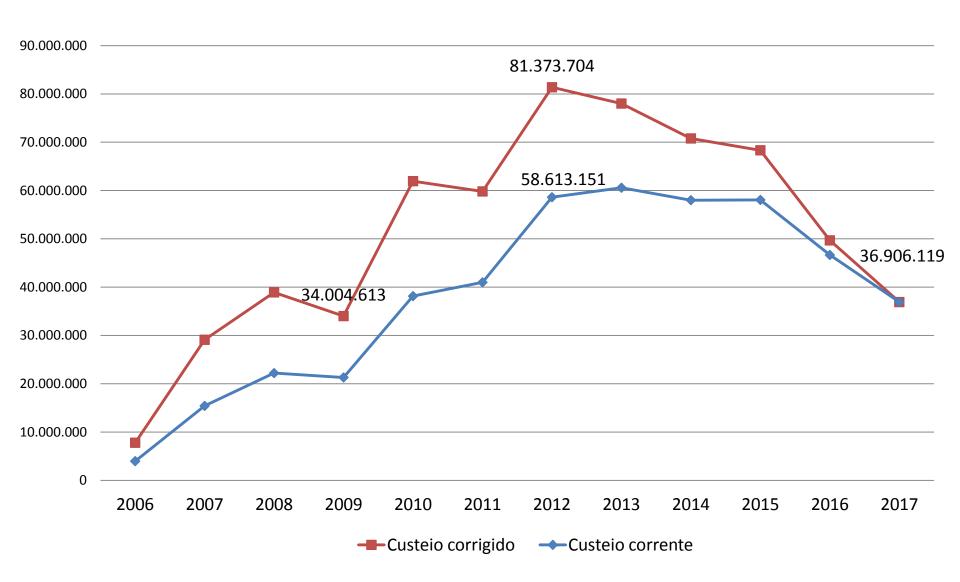




EVOLUÇÃO DO Nº DE ALUNOS



EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO: CUSTEIO



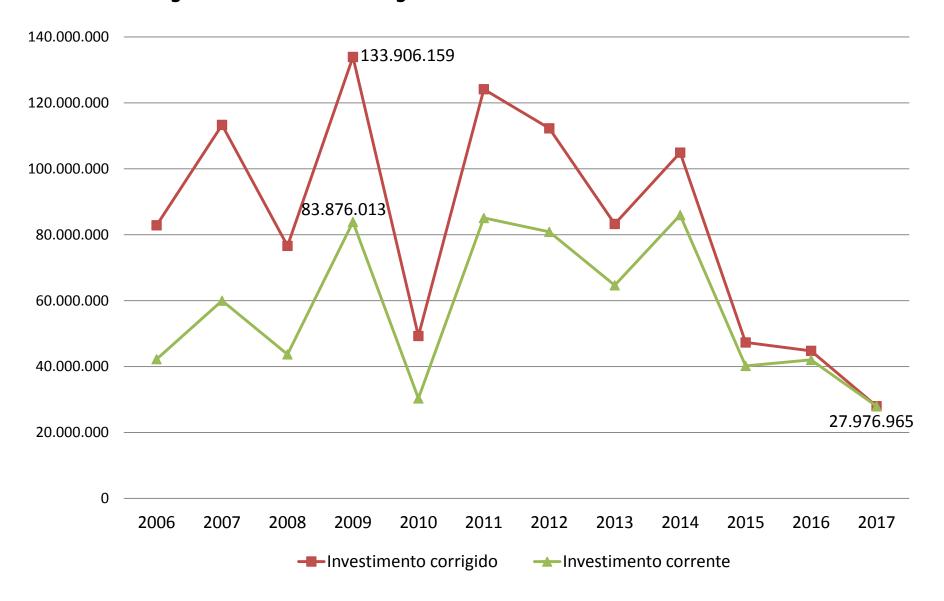
Utilização do CUSTEIO (empenhos) - 2015

Serviços Terceirizados (vigilância, transporte, limpeza, manutenção predial, restaurante universitário, etc.)	R\$	27.825.575,13
Bolsas/Auxílios (Bolsas socioeconômicas, iniciação científica, pós-graduação, inscrições em congressos)	R\$	12.239.274,51
Internet, telefonia, energia elétrica, água e esgoto	R\$	6.614.448,47
OUTRAS (encargos concursos, reembolsos, diárias, anuidades,	IVΥ	0.014.440,47
assinaturas, etc.)	R\$	3.433.356,15
Material de Consumo	R\$	2.720.663,69
Capacitação de Servidores	R\$	927.647,75
Total - Custeio	R\$	53.760.965,70

Previsão orçamentária para 2017 – CUSTEIO

TIPO DE DESPESA	VALORES PREVISTOS (R\$)
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	486.180
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES E PESQUISADOR	18.197.322
MATERIAL DE CONSUMO	4.938.262
ANUIDADES	91.250
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	738.000
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	24.244.382
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	30.505.729
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.273
CAPACITAÇÃO	1.245.012
SUB-TOTAL - CUSTEIO	80.496.412

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO: INVESTIMENTO

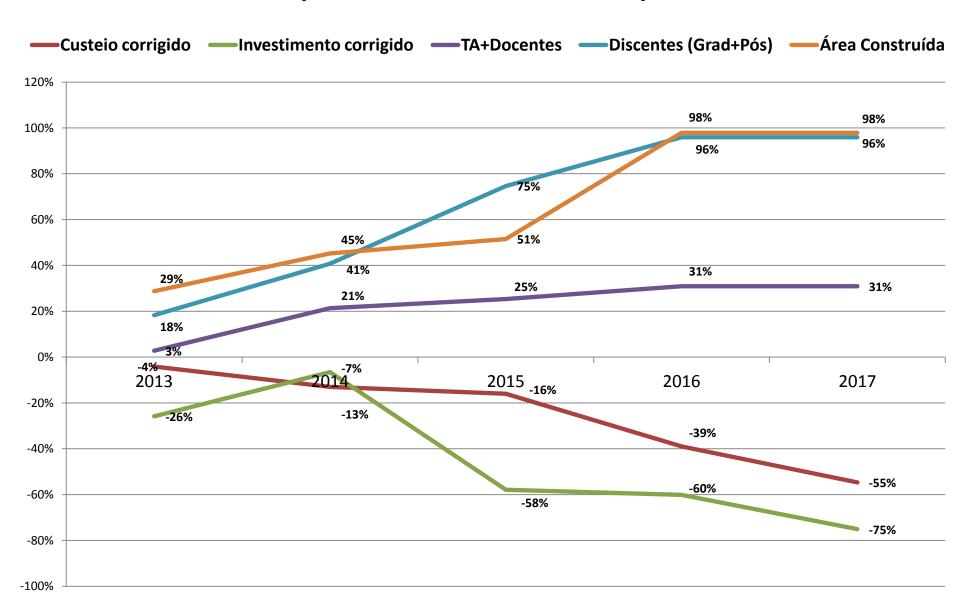


Previsão orçamentária para 2017 – INVESTIMENTOS

TIPO DE DESPESA	VALORES PREVISTOS (R\$)
OBRAS E INSTALAÇÕES	102.120.401
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	54.512.010
SUB-TOTAL - INVESTIMENTO	156.632.411

ETAPA	/ OBRA	VALOR A SER EMPENHADO EM 2017
Campus São Bernardo	Bloco Zeta	6.820.000
	Hangar	14.580.000
	Obras áreas externas e de acessibilidade	7.863.352
Campus Santo André	Bloco C	12.900.000
	Bloco L	10.909.255
	Bloco E	1.000.000
	Obras áreas externas e de acessibilidade	2.427.103
	Edifício Unidade Tamanduatehy	45.620.689
TOTAL		102.120.401

Evolução (%) dos indicadores (ano base: 2012)



Histórico – MATRIZ PNAES

Ano	Matriz PNAES	Complemento UFABC	Orçamento total para Assistência Estudantil
2011	1.262.149,00	4.737.851,00	6.000.000,00
2012	2.080.379,00	3.179.204,00	5.259.583,00
2013	4.023.800,00	2.542.574,00	6.566.374,00
2014	5.068.434,00	2.226.114,00	7.294.548,00
2015	6.706.056,00	1.622.444,00	8.328.500,00
2016	7.555.047,00	485.184,90	8.040.231,90
2017	7.317.294,00	??	??

Histórico – MATRIZ OCC

Ano	Matriz OCC (ANDIFES)	Complemento MEC	Orçamento total discricionário CUSTEIO (sem PNAES nem verbas carimbadas)
2011	6.470.984	33.057.571	39.528.555
2012	10.426.254	45.775.580	56.201.834
2013	21.412.851	34.554.000	55.966.851
2014	25.211.408	30.000.000	55.211.408
2015	28.454.741	19.692.736	48.147.477
2016	33.049.056	5.941.694	38.990.750
2017	29.480.373	0	29.480.373

Constituição Federal de 1988

 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

PEC 241

- Mansueto [MANSUETO ALMEIDA] ponderou que a nova regra não tem qualquer impacto na educação para 2017, o primeiro ano de vigência da PEC. "O gasto da educação vai seguir a regra constitucional que determina que 18% de tudo o que o governo arrecada tem de ser aplicado em educação. Nos anos seguintes, o valor mínimo a ser aplicado será corrigido pela inflação", explicou.
- No caso da saúde, informou o secretário, o orçamento da área aumentará. A regra atual determina que 13,7% da arrecadação deveria ser aplicada na área. Com a PEC, o percentual de 15%, que estava previsto anteriormente para ser atingido em 2020, vira realidade no próximo ano. Assim, o valor mínimo a ser investido em saúde vai crescer R\$ 10 bilhões.
- O secretário ressaltou, porém, que, a partir de 2018, os pisos para educação e saúde passam a ser corrigidos pela inflação do ano anterior.

[http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/saude-e-educacao-estao-protegidas-no-texto-da-PEC-241]

PEC 241

- Entre 2003 e 2015, caso o PLANO TEMER-MEIRELLES estivesse em vigor:
- R\$ 437,7 bilhões na Assistência Social, o que significa uma redução de 68,5% do gasto federal aplicado nesta área;
- R\$ 453,9 bilhões em Educação e Cultura, implicando em uma queda de 39% nos recursos federais;
- R\$ 253,4 bilhões na Saúde, correspondente à perda de 26,5%;
- R\$ 1,7 trilhão na Previdência, ou seja, uma perda de 32,6% dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários do setor privado e público federal.

[http://jornalggn.com.br/noticia/desmonte-social-do-plano-temer-meireles-contra-o-povo-por-daniel-arias-vazquez]